

AVALIAÇÃO DA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Priscila Gonçalves Campos¹, Grazieli Freitas Ortega¹, Sidney Edson Mella Junior¹, José Gilberto Pereira²

RESUMO: No contexto da assistência farmacêutica, a dispensação de medicamentos no sistema público de saúde está deficiente. Diante deste problema, a pesquisa tem como objetivo avaliar a dispensação de medicamentos das farmácias dos núcleos integrados de saúde (NIS) do município de Maringá caracterizando como e por quem é realizada essa dispensação. A coleta de dados será realizada através de uma planilha de observação, a qual contém variáveis que caracterizará o processo realizado pelo dispensador, dados estes que posteriormente serão tratados estatisticamente. Espera-se que a pesquisa apresente informações para que gestores da saúde identifiquem a realidade, prevendo-se de recursos humanos qualificados para melhoria da qualidade da assistência farmacêutica na rede pública, assim refletindo em impacto positivo sobre a qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência farmacêutica, saúde pública, pessoal de saúde.

1 INTRODUÇÃO

No processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) no país, a atenção básica, prestada pelos Núcleos Integrados de Saúde (NIS), vem assumindo papel relevante. Nesse contexto é necessário que as ações desenvolvidas na Assistência Farmacêutica, acompanhem esse processo, pois esta ainda não está completamente inserida no contexto do planejamento em saúde. A prestação adequada da Assistência Farmacêutica é um dos principais desafios impostos aos gestores do SUS.

A prescrição e dispensação dos medicamentos são, sem dúvida, as ações que mais impactam sobre uso racional. A dispensação compreende a entrega ao usuário de medicamentos bem selecionados, na dosagem e quantidades prescritas e com instruções suficientes para o uso correto e acondicionamento. Ainda, no caso específico da dispensação, há falta de profissional habilitado para a execução dessa ação em grande parte da rede pública de saúde. Assim, a ausência do farmacêutico nos NIS é um fator crítico para a implementação do uso racional de medicamentos.

Desta maneira, esforços devem ser empreendidos para racionalizar o uso dos medicamentos, melhorar a adesão ao tratamento e conseqüentemente obter sucesso farmacoterapêutico. Para atingir esses objetivos, é preciso que essa área se estruture,

1 Acadêmica do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – Maringá-PR - Email:pg-campos@bol.com.br

2 Acadêmica do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – Maringá-PR - Email:grazisuperpink@hotmail.com

3 Docente do curso de farmácia do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – Maringá-PR – E-mail: jgpfarm@cesumar.br

4 Docente do curso de farmácia do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – Maringá-PR – E-mail: mella@cesumar.br

Fonte Financiadora: bolsista PROBIC/Cesumar

provendo-se de recursos humanos necessários para tal. Verifica-se ainda, a necessidade do resgate da relação farmacêutico-paciente, como um aspecto chave para a melhoria da qualidade do serviço de saúde, no qual a personalização da assistência, a humanização do atendimento e o direito à informação terapêutica adequada são componentes básicos deste processo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para obtenção dos dados, foram observados os procedimentos em 85 (oitenta e cinco) dispensações de medicamentos em unidades de saúde, realizadas por profissionais de diferentes áreas como auxiliares de enfermagem, auxiliares administrativos, auxiliares de farmácia, entre outros. Os dados foram organizados em uma planilha de observação, a qual foi confeccionada com variáveis fechadas do tipo sim ou não e variáveis abertas. Foram avaliadas 5 (cinco) dispensações de medicamentos em cada local uma dos 17 Núcleos Integrados de Saúde (NIS) e anotado na planilha as características das variáveis observadas, totalizando 85 (oitenta e cinco) observações. Além da planilha para anotações, ressalta-se que também foi útil um cronômetro para detecção do tempo da dispensação. Após a coleta dos dados, os resultados foram organizados no Excel e submetidos à análise estatística.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Coleta de Informações do Usuário

A tabela 01 apresenta os resultados relativos à avaliação se houve ou não questionamento de informações do usuário, variáveis estas que, quando obtidas contribuem para a orientação adequada.

Tabela 01. Frequência de questionamento relativo a coleta de informações do usuário.

Variáveis	%	
	Sim	Não
Foi questionado ao solicitante do medicamento se estes eram para si ou para outra pessoa?	4,7	95,3
Foi questionado se o usuário já utiliza o medicamento?	18,8	81,2
Foi questionado se o usuário faz uso de outros medicamentos e quais?	0	100,0
Foi questionado se o usuário é alérgico a algum tipo de medicamento?	0	100,0
Foi questionado se o usuário compreendeu corretamente o esquema terapêutico?	1,2	98,8

Em relação ao questionamento se o medicamento era para o próprio usuário ou outra pessoa, não houve questionamento pelos dispensadores em 95,3% das dispensações. Esta falha pode ser considerada um fator preocupante, pois não obter conhecimento de quem é o receptor do medicamento prejudica a conduta da orientação, a qual deve ser dirigida diretamente ao usuário do medicamento ou, quando não for o caso, deve-se complementar a orientação oral com informações escritas para que seja mais efetiva.

Os dispensadores não questionaram se o sujeito já utilizava o medicamento em 81,2% das dispensações, o que demonstra uma atuação inadequada, considerando que torna-se importante conhecer o grau de conhecimento que o paciente tem sobre o

medicamento que utiliza, com a finalidade de complementar esse conhecimento ou corrigir possíveis erros de administração, contribuindo para adesão ao tratamento.

Em relação ao questionamento se o usuário faz uso de outros medicamentos e questionamento se o usuário era alérgico a algum tipo de medicamento, em ambas variáveis não houve questionamento em 100% das dispensações observadas. Arrais; Barreto e Coelho (2007) ressaltam que obter essas informações contribui para um melhor direcionamento da orientação quanto à nova terapêutica, evitando expor o paciente a riscos desnecessários.

Os dispensadores não questionaram se o usuário compreendeu corretamente o esquema terapêutico em 98,8% das dispensações. No entanto, Brasil (2007) enfatiza que o dispensador é responsável pelo entendimento do usuário acerca do modo correto de uso do medicamento para que se atinja o objetivo desejado da farmacoterapia.

3.2 Orientações necessárias da Terapêutica para o Usuário

Diante dos dados, os dispensadores não informaram a dosagem prescrita do medicamento e os horários de administração do medicamento, respectivamente em 18,8% e 22,4% das dispensações observadas (figura 01); sendo que estas são informações básicas que não deveriam estar ausentes em nenhuma dispensação.

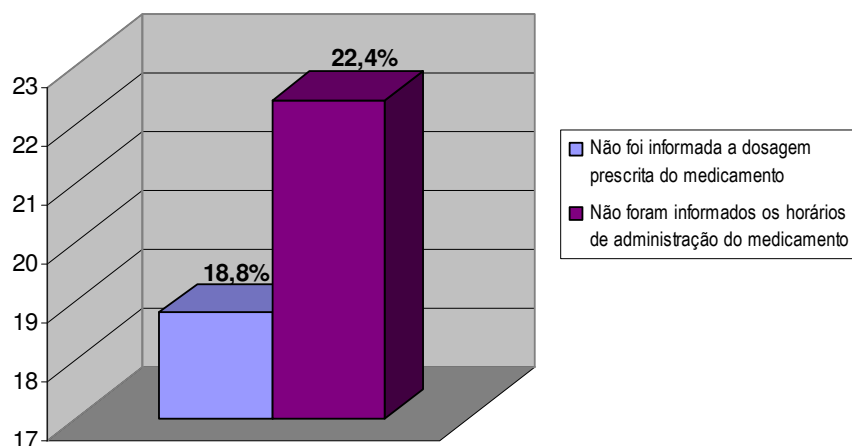


Figura 01. Frequência de não informação quanto à dose prescrita e horários de administração do medicamento.

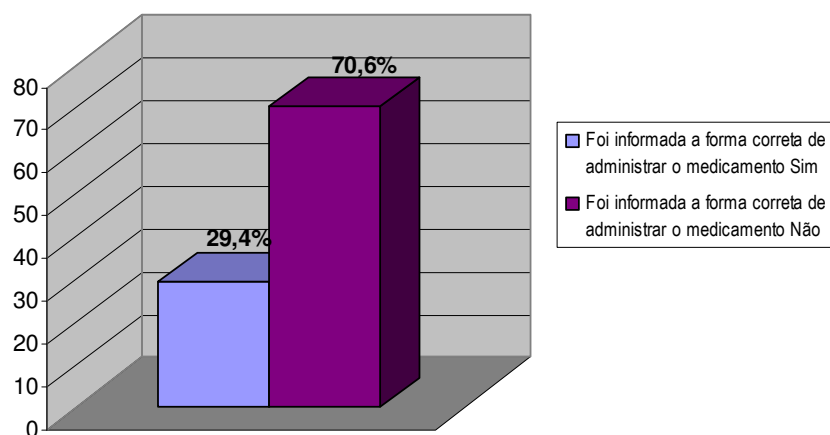


Figura 02. Frequência de informação sobre a forma correta de administrar o medicamento.

A figura 02 apresenta que 70,6% dos dispensadores não informaram a forma correta de administrar o medicamento para o sujeito. Orientação necessária, visto que a forma de administração do medicamento (via oral, inalatória, injetável, dérmica, etc.) deve ser esclarecida ao usuário no ato da dispensação para que haja administração correta e sucesso na farmacoterapia.

3.3 Responsabilidade da Dispensação

A Figura 03 apresenta o perfil profissional dos dispensadores dos NIS, os quais 60% eram auxiliares de enfermagem, 17,6% auxiliares administrativos, 5,9% auxiliares de farmácia, 10,6% enfermeiros, 2,4% estagiários de enfermagem e 3,5% farmacêuticos.

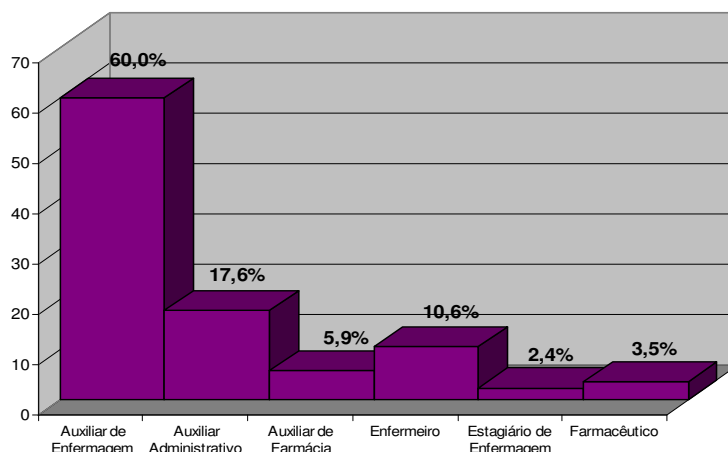


Figura 03. Frequência da formação profissional do responsável pela dispensação.

Estes dados confirmam o que Vieira (2007) indaga que a maioria das farmácias dos núcleos integrados de saúde (NIS) funciona porque um leigo ou profissional com poucos conhecimentos sobre medicamentos atua na dispensação, mesmo existindo um dispositivo legal contra isso, a Lei nº5991.

Em relação à presença do farmacêutico, Araújo e Freitas (2006) em pesquisa realizada em Ribeirão Preto-SP, encontraram 36,4% de farmacêuticos nos NIS. Isso caracteriza que a ausência de farmacêutico não ocorre apenas em Maringá, e caracteriza ainda que, o número encontrado de farmacêuticos (3,5%) é significativamente inferior à pesquisa dos autores citados.

3.4 Tempo de Dispensação

Em relação ao tempo médio de dispensação o valor obtido na pesquisa foi de 2,804 minutos. A Organização Mundial de Saúde preconiza que o farmacêutico destine à orientação, ao menos 3 minutos por paciente (OMS, 1993). Portanto o tempo de dispensação encontrado estaria dentro dos padrões, mesmo sendo exercido por outro profissional. Porém, há um interferente, com a implantação do cartão SUS, pois a maior parte do tempo despendido na dispensação é destinado a digitação dos dados do cartão e da receita médica no sistema eletrônico e não destinado a orientação do paciente.

4 CONCLUSÃO

De modo geral, os dados indicam que a dispensação nas farmácias dos NIS, no município observado, está deficiente, pois não há na maioria das dispensações observadas a obtenção de informações do usuário e a difusão de orientações necessárias

na terapêutica para o usuário, como também indicam que a presença de farmacêutico atuando na dispensação é quase nula.

Os dados evidenciam que a legislação não vem sendo cumprida, pois há ausência do profissional farmacêutico na maioria dos estabelecimentos de saúde observados. É necessária a presença do farmacêutico, pois este profissional está voltando a cumprir o seu papel perante a sociedade, corresponsabilizando-se pelo bem estar do paciente e trabalhando para que este não tenha sua qualidade de vida comprometida por um problema evitável, decorrente de uma terapia farmacológica.

O estudo reflete o atual estágio da Assistência Farmacêutica, ou seja, trata-se de uma área ainda incipiente. A ausência de serviço de farmácia adequado, que zele pelo uso racional de medicamentos em parceria com os demais serviços e profissionais do sistema de saúde, constitui um problema importante de saúde pública.

Espera-se que os dados desta pesquisa contribuam para que gestores da saúde identifiquem suas realidades locais, provendo-se de recursos humanos qualificados para melhoria da qualidade da Assistência Farmacêutica na rede pública, assim refletindo em impacto positivo sobre as condições de saúde da população.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; BARRETO, Maurício Lima; COELHO, Helena Lutécia Luna. Aspectos dos processos de prescrição e dispensação de medicamentos na percepção do paciente: estudo de base populacional em Fortaleza, Ceará, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, abr. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Assistência Farmacêutica no SUS*. 1. ed. Brasília - DF: CONASS, 2007, 186 p.

VIEIRA, Fabíola Sulpino. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./ Mar. 2007.

ARAUJO, Aílson da Luz André de; FREITAS, Osvaldo de. Concepções do profissional farmacêutico sobre a assistência farmacêutica na unidade básica de saúde: dificuldades e elementos para a mudança. *Rev. Bras. Ciênc. Farm.*, São Paulo, v. 42, n. 1, jan./Mar. 2006.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). *Como investigar el uso de medicamentos en los servicios de salud. Indicadores seleccionados del uso de medicamentos*. Ginebra; 1993 (DAP. 93.1).

SANTOS, Vania dos; NITRINI, Sandra M Ottati Oliveira. Indicadores do uso de medicamentos prescritos e de assistência ao paciente de serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v.38, n.6, 2004.